



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000366835

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2089406-27.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que são agravantes ANDREIA RODRIGUES PASQUALETE e MANOEL ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO, são agravados ESTADO DE SÃO PAULO e SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores EDSON FERREIRA (Presidente), SOUZA MEIRELLES E SOUZA NERY.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

EDSON FERREIRA

Relator

Assinatura Eletrônica



VOTO Nº 46596

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2089406-27.2025.8.26.0000 (autos digitais)

COMARCA: SÃO PAULO

AGRAVANTES: ANDREIA RODRIGUES PASQUELETE e MANOEL ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO

AGRAVADOS: ESTADO DE SÃO PAULO e SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

***AGRAVO DE INSTRUMENTO.** Gratuidade. Policial militar. Com o benefício da gratuidade em vista da renda líquida mensal de R\$ 6.473,28 e R\$ 4.279,32. Recurso provido.*

Agravo de instrumento contra decisão, proferida em 28 de fevereiro de 2025, pelo eminente magistrado, Doutor Luís Eduardo Medeiros Grisolia, em cumprimento individual de sentença proveniente de mandado de segurança coletivo, sobre diferenças de quinquênios e sexta-parte para policial militar, quanto à negativa de gratuidade e determinação de recolhimento das custas iniciais no prazo de quinze dias, fls. 354/355.

Buscam os agravantes o benefício da gratuidade.

Recurso respondido.

É o relatório.

Mandado de Segurança Coletivo, cumprimento individual de sentença, policial militar, diferenças de quinquênios e sexta-parte, gratuidade.

Com o benefício da gratuidade em vista da renda líquida mensal de R\$ 6.473,28 e R\$ 4.279,32, fls. 10 e 208, que pode ser integralmente absorvida com a satisfação das necessidades básicas e essenciais com habitação, vestuário, alimentação, educação, saúde e transporte, por isso não infirmando a declaração de falta de condições para custear as despesas do processo sem prejuízo desses encargos.

Para tanto, **DÁ-SE** provimento ao recurso.

Não comportando sustentação oral, eventuais embargos de declaração serão julgados em ambiente virtual, na forma da Resolução 549/2011 desta Corte, redação atual.

EDSON FERREIRA DA SILVA
Relator